

Câmara Municipal de Óbidos		278
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2025

---Aos 04 dias do mês de abril do ano de 2025, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Óbidos com a presença de Filipe Miguel Alves Correia Daniel, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, José Joaquim Simão Pereira, Ana Maria Ramos de Sousa, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Vítor Paulo Herculano Rodrigues e Telmo de Sousa Félix, respetivamente Presidente e Vereadores.-----

---Encontrava-se ainda presente: Anabela Baptista - Consultora Jurídica.-----

---Pelas 09 horas e 30 minutos o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, cumprimentou todos os presentes, tendo-se entrado de imediato no-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

090- **APROVAÇÃO DE ATAS**: Foi presente para aprovação a ata número 06/2025 da reunião ordinária de 21 de março de 2025, desta Câmara Municipal, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.-----

---Após alterações sugeridas pelo Senhor Vereador Paulo Gonçalves, foi aprovada por unanimidade a ata número 06/2025, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal do dia 21 de março de 2025.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu conhecimento ao Órgão de que a Dra. Emília Pinto, médica no Centro de Saúde de Óbidos, se tinha aposentado. Lamentou a forma como teve conhecimento da situação - através de uma utente e não por via oficial. Enviou um email ao Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Oeste (ULS do Oeste) a lamentar mais uma vez a falta de resposta do ponto de vista médico para Óbidos e também pela forma como tiveram conhecimento da aposentação daquela médica.-----

---Referiu que a dificuldade relacionada com a prescrição médica já estava superada, e que os clínicos do Plano de Saúde podiam agora emitir as prescrições necessárias para validar as participações.-----

---Informou que o Festival Internacional de Chocolate de Óbidos teve uma afluência razoável no seu primeiro fim de semana, considerando as condições meteorológicas adversas que se fizeram sentir e no segundo fim de semana registou-se uma elevada afluência de visitantes. Acrescentou ainda que o festival, além de ser uma referência no seu género, se destacou pela excelente conceção e organização, bem como pela qualidade das esculturas de chocolate apresentadas.-----

--- Referiu ainda o evento da Semana Santa, que se aproximava e iria decorrer de 12 a 20 de abril, direcionado a um público-alvo distinto e de forte tradição. Manifestou a expectativa de que as condições meteorológicas fossem favoráveis, contribuindo para o sucesso das celebrações. Destacou também a crescente projeção daquele evento religioso, sublinhando o empenho do Município em

Câmara Municipal de Óbidos		279
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

continuar a assinalá-lo e a participação do mesmo na Semana Europeia das Semanas Santas.-----

---Mencionou também que abril era o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, referindo que, em Óbidos, decorria um conjunto de iniciativas promovidas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), destacando o concerto do Coro Infantil da Academia de Música de Óbidos, que teve lugar na Praça da Criatividade.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, interveio, cumprimentando todos os presentes e lamentou a situação atual, afirmando que, infelizmente, não estava surpreendida com a falta de médicos, nem com a reforma iminente da Dra. Emília Pinto. No entanto, tinha a expectativa de que o Ministério da Saúde tivesse acionado as suas competências para assegurar atempadamente a substituição necessária.-----

---Sublinhou que a situação ultrapassava questões de filosofia partidária, sendo um problema transversal a vários governos, constatação essa que a deixava ainda mais preocupada e referiu que, enquanto Município, estavam algo limitados na sua capacidade de resposta, com as “mãos e pés atados”. Reconheceu o valor do Plano de Saúde, salientando que, apesar de continuarem a apostar nessa medida, e ainda bem que o fizeram, esta não podia, por si só, resolver a situação, uma vez que era imprescindível a existência de um Serviço Nacional de Saúde a funcionar.-----

---Referiu que, ao apostar-se em parcerias com a Unidade Local de Saúde (ULS), com o objetivo de colmatar determinadas carências, também era essencial ter a capacidade de reivindicar os direitos de Óbidos e defendeu que o Município devia ter um maior peso nessas decisões, de forma a não permanecer numa posição de fragilidade.-----

---Têm afirmado muitas vezes que o investimento que faziam acabava por não ter retorno, sublinhando que, embora a medida em si não estivesse mal concebida, acabava por fornecer argumentos à Unidade Local de Saúde (ULS) para afirmar que tudo funcionava bem o que, na realidade, não correspondia à verdade. Não sabia se essa falha era da responsabilidade da ULS ou do Executivo em permanência, mas afirmou ser necessário levantar essa questão, uma vez que, na sua perspetiva, representava uma falha estratégica do Senhor Presidente da Câmara, que não tinha conseguido alcançar os resultados desejados com a abordagem seguida.-----

---Relativamente à questão dos médicos integrados no Plano de Saúde já poderem passar prescrições médicas, manifestou a intenção de perceber se essa possibilidade abrangia também os exames complementares de diagnóstico. Quanto à prescrição de medicação, referiu que pensava tratar-se de uma situação já ultrapassada, até porque, atualmente, qualquer médico particular podia fazê-lo. Sublinhou que esta era uma questão-chave, uma vez que, caso ainda não estivesse completamente resolvida, o Município continuaria a enfrentar essa situação de fragilidade.-----

---Associou-se ainda à celebração da Semana Santa, reconhecendo-a como um evento cultural de grande importância e com forte tradição e manifestou o desejo

Câmara Municipal de Óbidos		280
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

de que as condições meteorológicas fossem favoráveis, contribuindo para o bom desenrolar das celebrações.-----

---Deu nota de que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) desempenhavam um papel fundamental na proteção das crianças e jovens, destacando a importância de, cada vez mais, se assinalar essas questões e chamar a atenção para elas através de eventos como os mencionados.-----

---Referindo o Festival de Chocolate de Óbidos e os eventos em geral, disse que todos se congratulavam com o seu bom desempenho e que se estavam sempre a favor daquilo que fizesse jus a Óbidos.-----

---Num ponto de vista muito pessoal, considerava que estava na altura de analisar os eventos e refletir sobre o que eles se tornaram e o impacto que geravam enquanto estavam a decorrer. Era necessário entender a origem desses eventos, avaliar se os objetivos que motivaram a sua criação foram cumpridos e se fazia sentido mantê-los na forma em que foram concebidos. Questionou se aquilo que se mantinha era realmente o que se queria continuar a ter e se era o que as pessoas esperavam da Câmara Municipal. Reconheceu que era positivo ter eventos de grande dimensão e projeção nacional, que ajudassem a divulgar o território de Óbidos, mas destacou a importância de avaliar se isso estava a gerar resultados positivos, ou seja, quanto ao impacto real na vida das pessoas e na economia do Concelho.-----

---Relativamente ao Festival de Chocolate, teve a oportunidade de verificar uma campanha publicitária nas redes sociais, na qual foi colocado um *outdoor*, provavelmente em Lisboa, com um protagonista em cima de uma plataforma contendo a imagem de um chocolate e o slogan “Vem comer-me a Óbidos”. Considerou este slogan vulgar demais e não podia deixar de ressaltar que a aprovação desse tipo de publicidade veio das mesmas pessoas, nomeadamente os dirigentes do Partido Social Democrata, que estavam em dois órgãos municipais - a Câmara e a Óbidos Criativa. Lembrou que essas mesmas pessoas, durante a última campanha autárquica, haviam criticado e emitido comunicados sobre os *outdoors* do Partido Socialista, especificamente os do atual Vereador Paulo Gonçalves. Não podia deixar de destacar essa incoerência, pois em tempos de campanha adotaram uma postura, e agora, nos seus cargos, estavam a adotar uma atitude muito mais agressiva e brejeira, com um nível de comunicação extremamente baixo. Afirmou que, quando se ocupavam posições de responsabilidade à frente de uma Autarquia, considerava tais atitudes, de leviandade na linguagem e na comunicação, inaceitáveis.-----

---**O VEREADOR VÍTOR RODRIGUES**, mencionou que se tinha apercebido da dificuldade que as pessoas enfrentavam ao tentar atravessar a estrada junto à Praça da Criatividade. As floreiras estavam a ser um obstáculo, além de não existir uma passadeira para passagem de peões, o que tornava o local perigoso e solicitou que fosse pensada uma solução para esse problema.-----

---Também referiu os buracos nas estradas destacando que ainda não tinha havido nenhuma intervenção nesse sentido durante os dias em que as condições meteorológicas permitiram.-----

Câmara Municipal de Óbidos		281
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

---Quanto ao complexo desportivo, chamou a atenção para o facto de, apesar de terem ocorrido alguns dias com bom tempo, não ter sido realizada qualquer intervenção no relvado sintético, o que continuava a dificultar a sua utilização. Lembrou que já havia chamado a atenção anteriormente para as dificuldades causadas por essa situação, mas agora reforçava a sua posição de que a substituição do relvado deveria ser adiada.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, referiu também a questão da ausência de passadeira para passagem de peões junto da Praça da Criatividade, mencionada pelo Senhor Vereador Vítor Rodrigues. Lembrou que, no passado, já tinham discutido a possibilidade de a solução passar pela instalação de uma passadeira sobrelevada, o que contribuiria para a segurança dos pedestres e ajudaria a controlar a velocidade no local.-----

---Relativamente à questão da saúde, afirmou que concordava com a intervenção da Senhora Vereadora Ana Sousa. Destacou que apostaram na diplomacia, mas uma postura mais assertiva por parte do Executivo podia ser mais eficaz. Observou que parecia haver uma satisfação, como se o problema tivesse sido resolvido, quando, na verdade, apenas uma parte da questão tinha sido tratada.---

--Não conhecia nenhuma declaração do Senhor Presidente da Câmara, nem uma nota de imprensa sobre o assunto, e que, na realidade, a Câmara estava "confortavelmente sentada em cima do problema". Destacou que, ao menos por respeito ao orçamento dos municípios, deveria ser solicitado ao Serviço Nacional de Saúde que devolvesse ao Município os cerca de meio milhão de euros que foram necessários para garantir essa competência. Sublinhou que os contribuintes não podiam pagar a dobrar e que, naturalmente, deveriam existir contatos privilegiados para esclarecer que isso não se tratava de uma exigência, mas sim de uma ação necessária, pois o Município teve de intervir e substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde. Ressaltou que isso era o que as entidades que atuavam de boa-fé faziam. Se o Município não tivesse um excedente orçamental, o Plano de Saúde não estaria em discussão.-----

---Por fim disse que deixavam aquela sugestão referindo ainda que estavam agradados por terem conseguido resolver a questão das prescrições, que era muito significativa.-----

---Abordando outro tema relacionado com as escolas, que deixava para informação e que se tivessem oportunidade para poder passar a mensagem que lhe parecia relevante. Referiu que, por vezes, apesar da boa intenção do Executivo, a falta de comunicação ou outros fatores impediam que as coisas corressem bem e deu como exemplo a situação repetida que o filho lhe contava de que nos refeitórios escolares, podia escolher como sobremesa, o doce ou a fruta, e que ele escolhia o doce porque gostava mas depois ficava com fome e queria também a fruta e a resposta que obtinha era de que só podia escolher uma sobremesa, não tendo direito a ambos e explicou que, como consequência, as maçãs iam-se acumulando e acabavam por se estragar. Dadas estas razões e não podendo ir ao refeitório queixar-se achou que a reunião do Órgão era um bom sítio para o fazer, considerando importante partilhar esta informação,

Câmara Municipal de Óbidos		282
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

sublinhando que, numa lógica de promoção de hábitos saudáveis, a fruta não devia ser recusada às crianças e sugeriu que essa situação fosse comunicada a quem geria o processo.-----

---Admitiu que a sua observação podia ter uma conotação paternalista, mas, com base na realidade, sabia que muitas vezes os alunos não comiam fruta por preguiça ou por dificuldade em consumi-la tal como era servida, acreditando que disponibilizar a fruta já cortada podia aumentar o seu consumo, sentindo que não havia o consumo que devia haver.-----

---Quanto a uma questão mais relevante no âmbito das escolas e a segurança escolar, alertou para o estado das portas da Escola Josefa de Óbidos. Como sabiam, exercia funções naquela escola e sempre que tentava resolver algum problema junto da sua entidade patronal, era mal recebido e parecendo-lhe que o Executivo Camarário tinha relações completamente diferenciadas, informou que, das eventualmente dez portas do edifício, oito estavam estragadas e danificadas, encontrando-se trancadas, muitas delas com correntes. Para além de limitar o acesso dos funcionários, essa situação representava um sério risco em caso de emergência, considerando que cerca de setecentas pessoas teriam de sair do edifício pela porta principal, cuja largura rondaria apenas os noventa centímetros. Enfatizou tratar-se de uma questão de interesse e segurança pública, motivo pelo qual trazia o assunto ao conhecimento do Executivo, apelando para que fosse tratado com a devida atenção. Sublinhou ainda que o problema não era recente, referindo que duas das portas estariam inoperacionais há, pelo menos, dezoito meses.-----

--- Referiu também a questão da segurança no Festival de Chocolate de Óbidos, com o objetivo de contribuir para uma melhoria. Recordou uma sugestão anterior relacionada com os picos de afluência, propondo a presença de um conjunto de pessoas para apoiar a organização. Essas pessoas seriam responsáveis por funções como guiar visitantes, limitar o acesso de viaturas, gerir o fluxo nas portas e ajudar no caso de acumulação de trânsito. Destacou a importância de que, tal como a Senhora Vereadora Ana Sousa já havia mencionado, era altura de analisar o evento e identificar áreas para melhoria, sugerindo que esse apoio aos visitantes seria uma boa opção.-----

---Mencionou também a possibilidade de ocorrência de uma emergência médica urgente na Rua Direita, questionando como seria possível prestar socorro de forma rápida com tanta gente a circular. Sublinhou a grande importância de ter uma equipa de reanimação disponível no local, tal como acontecia em grandes eventos, ou seja, sistemas de emergência bem implementados, que garantissem segurança e tranquilidade às pessoas.-----

---Deu nota de que os comerciantes e os estabelecimentos de hotelaria e alojamento local da Vila de Óbidos tinham realizado uma reunião para discutir diversas queixas, como o excesso de lixo gerado pelo pico de afluência no fim de semana e os problemas na Rua Josefa de Óbidos, onde a circulação estava dificultada pelas esplanadas e pelo marketing que obstruía a passagem das pessoas. Também sobre a falta de sinalização, entre outras questões. Ressaltou

Câmara Municipal de Óbidos		283
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

que a questão dos picos de afluência exigia uma atitude completamente diferente por parte da Câmara, com uma maior capacidade de resposta, em colaboração com a Óbidos Criativa, promotora dos eventos. Propôs a criação de equipas que resolvessem os problemas associados à grande quantidade de pessoas, lembrando que não se podia olhar apenas para o sucesso do evento, mas também para os desafios que ele trazia.-----

---Sobre o empreendimento em construção na Pérola da Lagoa e do ruído gerado pela obra, que já havia motivado a presença de moradores em reuniões de Câmara públicas anteriores, mencionou a oportunidade de limitar a construção civil durante a época balnear, especialmente em locais com maior afluência turística. Questionou se existia alguma intenção de avançar nesse sentido ou, pelo menos, de proibir a emissão de licenças especiais de ruído durante determinados períodos, a fim de proteger as pessoas que escolhiam Óbidos tanto para viver quanto para passar férias.-----

---A esse propósito, mencionou que recentemente visitou a obra em curso e ficou surpreso com duas situações. O que inicialmente parecia ser um projeto de vivendas bem enquadradas no espaço revelou algumas mudanças: as piscinas, que anteriormente estavam previstas na frente, foram deslocadas para a parte de trás, o que considerou estranho, pois não correspondia ao projeto divulgado comercialmente. Além disso, as casas que seriam construídas com piso único, perto da rotunda, passaram a ter três pisos. O que mais o surpreendeu foram os avisos publicitados pela empresa promotora sobre os edifícios à venda, pois embora os lotes mínimos tivessem de ter pelo menos mil metros quadrados, aparentemente esses lotes eram inferiores a essa medida. Não sabia o que o ordenamento urbano exigia para essa zona, mas achou estranho que os lotes fossem menores do que o estipulado.-----

---Estranhou também que, ao perceber a área de ocupação de uma casa, de cerca de cinquenta ou sessenta por cento da área total do lote, ao olhar para o aviso verificou que a implantação de uma casa de três pisos, com duzentos e dezassete metros quadrados, tinha uma área coberta de duzentos e setenta metros quadrados de construção. No entanto, ao confrontar o anúncio com a informação disponível no site da empresa, percebeu que a área coberta da mesma vivenda era superior a seiscentos e quatro metros quadrados. Reconheceu que não conhecia o projeto em detalhe, mas achou estranha a discrepância entre as informações, pelo que solicitou formalmente ao Senhor Presidente da Câmara que indicasse um dia e uma hora para que pudesse consultar o processo, acompanhado de técnicos que o ajudassem na análise. Por fim, questionou se havia sido contratado alguém para fiscalizar a referida obra ou se a fiscalização estava a ser feita internamente, e quem seria a pessoa responsável por essa mesma fiscalização.-----

---**O VEREADOR TELMO FÉLIX**, interveio e esclareceu que os loteamentos eram públicos e que havia total disponibilidade para consultar os processos, incluindo as comunicações prévias, de forma a verificar se estavam ou não em conformidade.-----

Câmara Municipal de Óbidos		284
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

---Mais informou que o Senhor Vereador podia realizar essa consulta sem qualquer impedimento.-----

---Ressalvou, no entanto, que existiam sempre os termos de responsabilidade técnica, que responsabilizavam os técnicos pelas obras e pela sua conformidade com os projetos aprovados. Acrescentou que, por vezes, os agentes imobiliários não utilizavam os melhores termos para descrever as áreas cobertas e as áreas de implantação das construções, o que podia gerar confusão ou má interpretação por parte dos interessados.-----

---Relativamente à fiscalização, indicou que o loteamento estava a ser acompanhado pelo fiscal municipal, que após a aceitação da comunicação prévia referente a cada lote, era verificada a conformidade da construção e ainda que houvesse fiscalização por parte da Câmara, sublinhou que a responsabilidade pela execução da obra era do técnico responsável.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, disse que, não conhecendo o processo em detalhe, não podia afirmar se estava bem ou mal, mas que, de facto, os valores que referiu lhe pareceram estranhos, dando a impressão de que havia algo que não batia certo. Por esse motivo, informou que iria indicar um dia ao Senhor Vereador Telmo Félix, com conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara, para proceder à consulta do processo.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, iniciou os esclarecimentos às questões colocadas e, relativamente ao Festival de Chocolate, reconheceu que havia sempre aspetos a melhorar. Referiu que os balanços dos eventos eram feitos de forma imediata, para que as conclusões pudessem ter repercussão na edição seguinte.-----

---Afirmou que também gostaria de ter maior capacidade para reforçar os recursos humanos destinados à segurança dos visitantes, mas salientou que esses recursos eram escassos e difíceis de contratar, o que criava constrangimentos. Assumiu que compreendiam as dificuldades de orientação durante os eventos e que, nesse sentido, tinham procurado melhorar, colocando placas informativas para facilitar a circulação dos visitantes. Informou ainda que, neste tipo de eventos, existia um protocolo com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, que assegurava a permanência de efetivos durante todo o decorrer dos mesmos, de forma a garantir resposta em caso de eventualidade.-----

---Relativamente à preocupação com a questão do lixo, reconheceu que houve, de facto, uma reunião por parte dos comerciantes – na qual não esteve presente - motivada por uma medida implementada pela Câmara com o objetivo de sensibilizar para a importância das normas de segurança, em benefício de todos. Admitiu ter plena consciência de que o regulamento atualmente em vigor não correspondia às expectativas, nem da Autarquia, nem dos comerciantes, no que respeitava à gestão do espaço e à imagem da Vila. Nesse sentido, referiu estar em preparação uma reunião com os responsáveis municipais para, em conjunto, encontrarem uma solução equilibrada. O objetivo será elaborar uma proposta de revisão do edital que contemple, entre outros aspetos, a uniformização da comunicação visual no interior da Vila, a regulamentação da deposição e recolha

Câmara Municipal de Óbidos		285
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

de resíduos, bem como a clarificação das responsabilidades na produção e tratamento do lixo. Sublinhou que não se tratava de atribuir culpas, mas sim de estabelecer regras claras, eficazes e justas, que garantissem o equilíbrio entre o dinamismo dos eventos e a preservação da qualidade de vida e da imagem do território.-----

---Quanto à questão do *outdoor* publicitário associado ao Festival do Chocolate, referiu que não era possível estabelecer uma comparação direta com a situação ocorrida durante a campanha eleitoral. Contudo, a Senhora Vereadora Ana Sousa ao fazer essa analogia, acabava por assumir implicitamente que essa última também teria sido considerada brejeira, o que não correspondia à realidade nem era reconhecido como tal. Sublinhou que, caso tivesse acompanhado a reação nas redes sociais, teria verificado o reconhecimento generalizado quanto à criatividade e inovação associadas à campanha de comunicação do evento. A opinião pública manifestada não refletia perceções negativas ou depreciativas, mas sim apreço pela forma original e arrojada como a divulgação foi concebida.---

---Em resposta ao Senhor Vereador Vítor Rodrigues, referiu que compreendia a preocupação manifestada, mas sublinhou que era igualmente importante ter consciência das implicações dos atos. Alertou que a remoção de uma floreira para facilitar a travessia naquele local, sem que ali existisse ainda uma passadeira, equivaleria a incentivar a passagem de peões de forma insegura. Recordou que a instalação da passadeira estava prevista, embora ainda não tivesse sido possível concretizá-la, estando essa intervenção planeada. Nesse sentido, reforçou que tal decisão, a acontecer sem as devidas condições de segurança, poderia promover comportamentos de risco.-----

---Quanto à redução da velocidade naquela zona, adiantou que estava prevista uma alteração do piso, nomeadamente através da colocação de calçada granítica, precisamente com esse objetivo.-----

---No que dizia respeito ao estado de conservação das estradas, informou que, nos últimos quinze dias, tinham sido realizadas algumas intervenções de regularização. Contudo, registou-se uma escassez de material por parte da empresa responsável pela empreitada, o que condicionou o ritmo das obras, no entanto teve lugar recentemente uma reunião para acertar os detalhes e permitir o retomar das intervenções.-----

---Quanto ao relvado sintético do complexo desportivo, afirmou que, apesar de partilhar o desejo de ver a obra concluída, não podia concordar com a sugestão de adiamento da sua substituição, reiterando a importância dessa intervenção para o bom funcionamento do equipamento.-----

---Relativamente à eventual recusa de fruta aos alunos nas escolas, afirmou que seria necessário apurar o que realmente se passava, uma vez que, nas ocasiões em que almoçara nas escolas, nunca se deparara com tal situação.-----

---Quanto à questão das portas estragadas na Escola Josefa de Óbidos estarem eventualmente trancadas com correntes, referiu que desconhecia por completo o problema e nunca se tinha apercebido dessa realidade das vezes que lá tem ido. Nesse contexto, dirigiu-se ao Senhor Vereador Paulo Gonçalves, questionando se

Câmara Municipal de Óbidos		286
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

este já tinha apresentado alguma reclamação formal sobre o assunto, acrescentando que, embora o Senhor Vereador fosse muitas vezes incisivo no discurso, no momento de agir nos locais próprios tendia a ser menos eficaz, deixando a desejar nesse aspeto.-----

---Sublinhou que, para além das áreas da saúde, educação e desenvolvimento económico, aquilo que verdadeiramente o preocupava era o bem-estar das pessoas e que tinha sido nesse sentido que referiu ser esse o foco da ação do Executivo: atuar com medidas que respondessem a necessidades estruturantes, mesmo que, por vezes, pudessem não ser as mais populares.-----

---Contrariamente ao que foi afirmado pela Senhora Vereadora Ana Sousa, disse ter ficado surpreendido com o anúncio da reforma da Dra. Emília Pinto, apesar de se saber que essa altura se aproximava. Sublinhou que a pressão exercida não tem sido exclusivamente junto da Unidade Local de Saúde (ULS), mas também, e sobretudo, dirigida ao Ministério da Saúde, enquanto entidade com a responsabilidade última por assegurar o serviço público. Estas circunstâncias acabavam por ser um problema para um Governo que, em apenas onze meses de mandato, procurava corrigir políticas desajustadas que se arrastavam há quase uma década.-----

---Relativamente à estratégia do atual Executivo na área da saúde, sublinhou que a implementação do Plano de Saúde surgiu como uma resposta concreta às necessidades da população e de continuar a insistir na possibilidade da comparticipação dos medicamentos. No que respeitava aos exames complementares de diagnóstico, referiu que o processo ainda não se encontrava totalmente concluído, mas estava em curso, com diligências já em andamento nesse sentido.-----

---Em resposta à intervenção do Senhor Vereador Paulo Gonçalves, afirmou que, não obstante o investimento realizado em 2024 e o que estava previsto para o ano a decorrer, se tivessem défice orçamental a decisão seria totalmente diferente do que os Vereadores do Partido Socialista tinham dito de que não avançavam com o Plano.-----

---**A VEREADORA ANA MARGARIDA REIS**, interveio para esclarecer que, segundo informações da responsável pelos refeitórios escolares, registava-se diariamente uma média de cerca de quarenta pratos de sopa repetidos, sendo que a fruta tinha a mesma indicação. Afirmou que nem a fruta, nem a sopa, nem o prato principal, quando ainda havia, eram negados aos alunos. Embora não pusesse em causa os relatos anteriores, considerou estranha a situação descrita, uma vez que a fruta era colocada nos tabuleiros e os alunos passavam e tiravam.-

---Acrescentou ainda que, para além da fruta servida nas refeições, existia o Plano da Fruta Escolar, através do qual era feita a distribuição de fruta duas vezes por semana nos complexos escolares e que no caso dos alunos do 1.º ciclo era retirado o caroço e ainda descascada para aqueles que ainda não conseguiam, para os restantes, os mais crescidos já não era feito, pois esse era um trabalho que era aprendido em casa.-----

Câmara Municipal de Óbidos		287
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

---Estava surpreendida com a questão da fruta pois era uma matéria em que têm investido e iam estar atentos, acrescentando ainda que muito do pão que sobrava do almoço era dado aos alunos carenciados ao lanche.-----

---Por último, apontou também outro problema relacionado com os alunos abrangidos pelo escalão A, que levantavam a senha de refeição mas depois não a consumiam e o facto do Município pagar essa alimentação. Ainda assim, destacou que havia melhorias nesta área, fruto do trabalho que estava a ser feito no sentido de reforçar o controlo.-----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, em resposta ao Senhor Vereador Paulo Gonçalves, relativamente às questões da limpeza e segurança, reiterou que ambas continuavam a ser preocupações constantes para o Executivo. No que dizia respeito à segurança, destacou que tem sido feito um esforço contínuo no reforço do plano de segurança em todos os eventos, com a implementação de medidas preventivas que incluíam o planeamento e a antecipação de diversas situações. Entre essas medidas, estavam previstas a gestão da circulação de pessoas e o encaminhamento adequado das mesmas, garantindo que o evento se desenrolasse de forma segura para todos os participantes.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, questionou quais eram as pessoas que faziam esse trabalho.-----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, afirmou que a questão da segurança estava toda mecanizada e organizada de acordo com o plano de segurança que estava disponível. A segurança durante os eventos estava articulada entre a Proteção Civil, a Óbidos Criativa, a GNR e os seguranças que estavam no terreno, garantindo uma cobertura ampla para responder a diversas situações. No entanto, destacou que, embora houvesse um plano de segurança, isso não significava que todos os problemas estivessem automaticamente resolvidos. Continuavam a existir preocupações, mas era importante ressaltar que, em situações anteriores, quando ocorreram imprevistos, as coisas funcionaram como esperado. Quanto aos casos de emergência, mencionou que o plano de segurança definia claramente a presença de bombeiros no terreno. Além disso, em relação aos Desfibriladores Automáticos Externos (DAE), além dos que já estavam instalados, houve tentativas de instalar mais equipamentos junto aos estabelecimentos de restauração e hotelaria, com o objetivo de aumentar a cobertura. No entanto, essa iniciativa não teve a adesão esperada, uma vez que não houve a receptividade desejada por parte dos estabelecimentos.-----

---Acrescentou que, durante os eventos, a recolha do lixo era sempre reforçada, sendo feito um edital com todas as informações relevantes e orientações sobre os procedimentos a serem seguidos, com especial atenção para os comerciantes.----

---Também a limpeza dos sanitários públicos estava prevista nesse processo. A recolha do lixo era realizada diariamente entre as sete e as nove e meia, para evitar as horas de maior presença de visitantes. Embora houvesse queixas por parte das pessoas, a colaboração de todos era fundamental. A recolha tinha de ser feita em horários em que não havia circulação de visitantes, e era necessário

Câmara Municipal de Óbidos		288
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

que todos os envolvidos tivessem um mínimo de bom senso para que o processo fosse eficiente. Não era aceitável colocar o lixo na rua a qualquer hora, especialmente dentro da Vila, onde existiam regras a serem cumpridas e responsabilidade compartilhada.-----

---Por fim, revelou que estava a ser feito um inquérito junto de todos os agentes económicos da Vila para identificar as dificuldades, com o objetivo de melhorar a situação.-----

---Tem havido uma grande preocupação em relação à gestão do lixo, com a criação de pontos de receção para melhorar a organização e eficácia do processo e esses pontos tinham, de maneira geral, resultado bem. No entanto, destacou um problema específico na Rua Padre Nuno Tavares, onde os pontos de receção estavam frequentemente cheios, devido à falta de respeito dos comerciantes pelos horários estabelecidos para a deposição do lixo. Essa situação tem gerado um desafio adicional, já que, apesar dos esforços e das soluções propostas, a colaboração dos comerciantes era fundamental para que o sistema funcionasse corretamente.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, pediu para fazer uma última intervenção e esclareceu que embora as situações não fossem comparáveis, havia semelhanças em termos de incoerência. O Partido Social Democrata é que tinha demonstrado incoerência na abordagem da comunicação que se sentia ofendido numa fase completamente distinta de comunicação face a uma comunicação institucional e utilizando uma linguagem completamente inapropriada quando era titular de cargos. Não sendo comparáveis, no uso da linguagem eram, portanto da sua parte não houve falta de coerência, antes pelo contrário, a incoerência estava do outro lado.-----

---Relativamente à questão do lixo questionou se existia algum regulamento de recolha de lixo em Óbidos e que a elaboração de um poderia fornecer a base para a regulamentação e fiscalização da gestão de resíduos. Embora o foco não fosse necessariamente a punição, a sua existência traria um conjunto de normas que poderiam ser aplicadas para garantir que as responsabilidades fossem cumpridas e que comportamentos inadequados fossem corrigidos de forma justa.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse que mediante as condições e a informação que os operadores comerciais da vila manifestassem, iriam avaliar e recolher toda a informação a fim de compreender as necessidades e desafios enfrentados pelos comerciantes.-----

---Mais disse que a Senhora Vereadora Ana Sousa ao afirmar que “não eram situações comparáveis”, tinha dito tudo na sua frase.-----

---Não se tendo verificado mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrado este período, tendo-se entrado de imediato no-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

091 – **TOMADA DE CONHECIMENTO DA 9.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PAM E PPI PARA 2025**: Foi presente a informação n.º 2103/2025,

Câmara Municipal de Óbidos		289
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

datada de 19 de março de 2025, subscrita pela Chefe da Divisão Financeira, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2025-----

---A presente alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI em vigor para 2025, foi elaborada de acordo com a NCP26 do DL 192/2015, de 11/09 (SNC-AP) e com o ponto 8.3.1 do DL 54-A/99, de 22/02 (POCAL) que se mantém em vigor.-----

---O mapa resumo em anexo sintetiza as necessidades de reforço de dotações cujos cabimentos aguardam disponibilidade orçamental, bem como as previsões de pedidos de cabimento para despesa que se prevê realizar com brevidade, conforme informação que a DF dispõe à presente data.-----

---Assim, em cumprimento da alínea d) do n.1 do artigo 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma e de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2021 sobre delegação de competências, submete-se a 9.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2025 à aprovação do Senhor Presidente da Câmara....."-----

---Na informação supra transcrita foi exarado despacho de aprovação pelo Senhor Presidente da Câmara em 20 de março de 2025.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, registou mais uma vez os valores crescentes que se verificavam, naquele caso cerca de meio milhão de euros, naquela que já era a nona alteração ao orçamento aprovado pela Assembleia Municipal e assinalou também a antecipação da amortização antecipada de um empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e questionou se essa seria a última amortização.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, confirmou que era a última.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, deu nota que estavam a retirar montantes destinados à eficiência energética das piscinas municipais e lembrou que a verba inscrita na ação resultava da integração do saldo de gerência no orçamento, e assim sendo, previa-se que a eficiência energética não ia ainda acontecer.-----

---Estava também a ser retirado dinheiro do projeto do quartel da Guarda Nacional Republicana, percebendo-se que eram investimentos que também não iam avançar para já, não podendo deixar de registar que o tempo passava e não aconteciam.-----

---Disse verificar que na aquisição de serviços para o Centro de Convívio Melhor Idade de Sobral da Lagoa, constava um montante de dois mil euros e que numa reunião anterior foram aprovados os apoios para essa finalidade e na altura de facto não constava o Sobral da Lagoa. Nesse sentido questionou a razão, porque é que estavam a fazer uma prestação de serviços e, atendendo a isso, se o Centro Melhor Idade de Sobral da Lagoa tinha estado ou não assegurado desde o início do ano, se era para a pessoa ou para outra diferente e se a pessoa em questão recebeu ou não dinheiro até ao momento.-----

Câmara Municipal de Óbidos		290
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

---**O VEREADOR VÍTOR RODRIGUES**, disse lembrar-se que, na altura do Senhor Presidente Telmo Faria, Óbidos ia mudar o paradigma em relação aos eventos televisivos e utilização de Óbidos enquanto imagem, no entanto, naquele momento estavam a pagar para que tal acontecesse, ou seja, mudaram o formato ou a forma de estar e da relação da Câmara com as pessoas, atividades ou organizações que pretendessem utilizar Óbidos como imagem, mencionando gostaria de perceber o valor para a realização do programa televisivo que constava nos documentos em análise.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, afirmou que apesar de haver uma mudança de executivos, havia projetos que até há data continuavam a fazer sentido. O projeto em questão estava relacionado com a gastronomia e considerando a riqueza de Óbidos nesse campo, permitia alojar um espaço para gastronomia que futuramente podia vir a ser alvo de uma candidatura a património da UNESCO. Além de terem a Plataforma Nacional do Chocolate fixada em Óbidos, não era inédito uma vez que existiam cidades criativas gastronómicas reconhecidas pela UNESCO e também por Óbidos integrar a Rede das Cidades Criativas no âmbito da literatura, era algo a que podiam almejar e para isso necessitavam de ir densificando as ações.-----

---Relativamente ao empréstimo informou que tendo em consideração a capacidade financeira da Câmara, não faria sentido continuar pagar juros e graças a isso evitaram pagar mais onze mil trezentos e nove euros e cinco cêntimos.-----

---Relativamente à eficiência energética das piscinas municipais, afirmou que era um projeto no âmbito da comparticipação do Portugal 2030. O projeto atrasou-se devido às candidaturas e podia ser iniciado no corrente ano, apesar de não ser concluído no mesmo ano.-----

---Quanto ao quartel da GNR as razões também eram conhecidas pelos Senhores Vereadores quanto às dificuldades com o concurso para a empreitada de construção, estando-se a trabalhar para lançar novo procedimento concursal.-----

---Explicou que a Associação identificou que não tinham condições para dar a resposta ao acompanhamento do Centro de Convívio Melhor Idade de Sobral da Lagoa e, enquanto não se arranjasse uma alternativa, foi feita aquela prestação de serviços para garantir o acompanhamento dos utentes.-----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, complementou que já tinham falado com todos os elementos da direção do parceiro que estava disponível para assumir esse compromisso, estando-se a aguardar que a qualquer momento fizessem a candidatura ao Programa Melhor Idade.-----

---**A Câmara tomou conhecimento da 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa PAM e PPI para 2025.**-----

092 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DE TRÁS DO OUTEIRO, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “NOITE DE FADOS”**: Relativamente ao assunto supra identificado, foi presente a

Câmara Municipal de Óbidos		291
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

informação n.º 2258/25, datada de 26 de março de 2025, emitida pela Subdivisão de Gestão Organizacional e Património, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: Isenção de Taxas-----

---Evento – Noite de Fados-----

---A alínea a) artº .12º. do regulamento nº 374/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 72, de 13 de abril de 2020, atualmente em vigor, estabelece que ficam isentos do pagamento das taxas municipais as associações humanitárias, culturais, artísticas, de desenvolvimento local e desportivas promotoras da internacionalização do território, que pelas suas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.-----

---Consta do artº.2º dos Estatutos, em anexo, nomeadamente "...tem como objetivo a promoção desportiva, cultural e recreativa aos seus associados."-----

---Em face do exposto, verifica-se que o evento se enquadra no âmbito das atividades da entidade que solicita a isenção, pelo que se conclui que poderá ser isenta do pagamento de taxas.-----

---1. Conforme previsto no artº. 16º do Regulamento e nos termos em que é apresentado o processo, são devidas taxas no valor de 124 euros.-----

--- - nº1 alínea a artº 50º Licença Especial de Ruído – 24€-----

--- - nº.5 artº 48º Licença para Instalação e Funcionamento para Recinto Improvisado – 100€-----

---O pedido, conforme artº 16º do regulamento, carece de decisão do órgão executivo, para o qual se remete para apreciação e eventual decisão.-----

---O pedido encontra-se devidamente instruído conforme informação administrativa que anexo, e em condições de ser decidido, remetendo-se para apreciação e eventual decisão da Câmara..."-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, interveio e deu nota positiva ao facto da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Trás do Outeiro ter demonstrado grande atividade e dinamismo, especialmente através da organização de eventos que têm verificado através destes pedidos que frequentemente têm vindo ao Órgão.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse que efetivamente era uma nova equipa, anteriormente a atividade da coletividade estava assente numa pessoa que fazia praticamente tudo e com muito orgulho, mas tinha havido uma mudança no bom sentido e associava-se também a esse dinamismo.-----

---***A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Trás do Outeiro, do pagamento das taxas municipais, que venham a ser emitidas, para realização do evento "Noite de Fados", a ter lugar de 05 a 06 de abril de 2025.***-----

093 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE LIGAÇÃO AO SISTEMA PÚBLICO DE SANEAMENTO E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS – CLIENTE 16017- Ao

Câmara Municipal de Óbidos		292
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

abrigo da alínea a), do número 1, do artigo 17.º do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas da Câmara Municipal de Óbidos, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 35 de 19 de fevereiro de 2021, foi presente para análise do Executivo Camarário, o processo relativo ao pedido supra mencionado, instruído com o respetivo requerimento, assim como informações emitidas pela Subdivisão de Sustentabilidade, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, ficando o mesmo arquivado em pasta própria no referido serviço.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, disse que a forma como os documentos eram apresentados dificultava bastante a apreciação, uma vez que a primeira página remetia para as informações da Coordenadora Técnica, enquanto as páginas seguintes eram de datas anteriores, tornando difícil localizar informações mais recentes. O assunto, por si só, já era complexo quanto à sua tramitação e a apresentação dos documentos não contribuiu para facilitar a análise.-----

---Supostamente estava a ser decidida a questão da dispensa da ligação e a consequente devolução dos valores cobrados. No entanto, o requerente não solicitava essa devolução, mas sim o reconhecimento do direito à isenção da taxa de saneamento. Presumia-se que, apenas após o reconhecimento desse direito, seria possível pedir a devolução dos valores.-----

---Os serviços partiam do princípio de que estavam a ser solicitadas duas questões, mas, ao verificarem o pedido, constatavam que não era esse o caso. Não sabiam, portanto, se poderiam pronunciar-se sobre questões que o requerente não havia solicitado.-----

---Para além disso existiam três valores apresentados nas informações dos serviços que eram completamente diferentes e, caso fosse para ser discutida a devolução, questionou qual deles devia ser apreciado, além de ser necessário atualizar os valores em causa porque não estavam calculados à data.-----

---Por último sugeriu uma construção ordenada cronologicamente e capeada por uma informação única por forma a facilitar o entendimento.-----

---Após discussão deste assunto e com os contributos da Consultora Jurídica, Dra. Anabela Batista, todos concordam com aprovar a dispensa de ligação ao sistema público de saneamento e a isenção da tarifa de saneamento e que a devolução de valores em causa seria presente a uma próxima reunião de Câmara.-----

---***A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo da alínea a), do número 1, do artigo 17.º do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas da Câmara Municipal de Óbidos, aprovar a dispensa de ligação ao sistema público de saneamento e a isenção da tarifa de saneamento, considerando o cumprimento dos requisitos exigidos para esta isenção.***-----

094 – **APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE PEDIDO DE PARECER NOS TERMOS DO ARTIGO 54º DA LEI 91/95 DE 02/09, PARA CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO EM COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 3042/25**

Câmara Municipal de Óbidos		293
Ata n.º 07/2025	Reunião de 04.04.2025	

CRT- Foi presente o processo identificado em epígrafe, instruído com a seguinte informação técnica, emitida na Divisão de Planeamento e Gestão, datada de 27 de março de 2025:-----

---” Pretende o requerente que seja certificado, para os efeitos previstos no art.54.º da Lei nº 91/95, de 02.09, com a redacção introduzida pela Lei nº 64/03, de 23.08, em como a Câmara não vê inconveniente e emite parecer favorável à constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do prédio sito em Quinta de Santana, descrito no registo predial sob o n.º 1041 e inscrito na matriz Mista sob o artigo Rústico n.º 88 da secção N e Urbano 741, freguesia de Gaeiras.-----

---A pretensão não se insere em área delimitada como AUGI (Área urbana de génese ilegal).-----

---Apreciada a pretensão não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do referido prédio rústico, não havendo qualquer fracionamento do mesmo. Eventual fracionamento do prédio, apenas pode ocorrer, caso se conforme com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.-----

---Nos termos e condições da presente informação, propõe-se o Deferimento do requerido, certificando-se em conformidade.-----

---À Consideração Superior,...”-----

---Na sequência desta informação técnica foi emitido parecer pela Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, na mesma data, com o seguinte teor:-----

---”Nos termos da informação técnica proponho o deferimento da pretensão.-----

---À Consideração Superior,...”-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do prédio rústico do processo número 305/25CRT, por não se inserir em AUGI – área delimitada como Área Urbana de Génese Ilegal e por não haver qualquer fracionamento do prédio e que este apenas pode ocorrer caso se conforme com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.-----

--- **ENCERRAMENTO:** Pelas 11 horas e 50 minutos o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que por unanimidade foi aprovada em minuta no final da mesma, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte, que a lavrei.-----